

Associação obté m liminar por ICMS menor na conta de luz

Entidade que representa 2 mil aposentados em Curitiba pede devolução de parte dos impostos cobrados pelo Estado nos últimos cinco anos sobre tarifa da Copel

Fábio Galiotto

Reportagem Local

A Associação Brasileira de Apoio ao Aposentado e ao Trabalhador (Abraat) em Curitiba conseguiu liminar da Justiça para que todos os associados deixem de pagar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre distribuição e transmissão de eletricidade residencial. A decisão determina o depósito judicial do tributo sobre as tarifas para os dois serviços, com emissão por parte da Companhia Paranaense de Energia (Copel) de boletos com valores individualizados para ambos já na próxima fatura. Após o julgamento final da ação, a entidade pede ainda a devolução do valor retroativo debitado nos últimos cinco anos.

Tanto as assessorias da Copel quanto da Secretaria Estadual da Fazenda informaram que ninguém comentaria a questão porque não houve notificação oficial. O ICMS, que é arrecadado pelo governo do Estado, tem alíquota de 29% sobre a tarifa de energia no Paraná. Conforme a Abraat, a expectativa é que as próximas contas de luz dos 2 mil associados tenham tal índice do valor total direcionado ao depósito

judicial. No entanto, empresas paranaenses que obtiveram liminares no mesmo formato tiveram redução de até 10% no valor das contas.

De acordo com a decisão da juíza Patricia de Almeida Gomes Bergonse, da 5ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, “não há prejuízo ao réu com o deferimento da liminar, uma vez que o crédito tributário encontra-se garantido pelo depósito judicial a ser realizado”. Por isso, houve a antecipação de tutela para os associados da Abraat que, para terem acesso ao benefício, precisam apenas estar com o cadastro ativo na entidade.

A gerente geral da associação de aposentados, Maria Cristina de Souza Santos, afirma que o entendimento é que o governo deveria recolher somente o ICMS do que foi consumido, e não sobre o valor total da fatura, que embute taxas de fornecimento e produção de energia, por exemplo. Ela diz que tributos sobre serviços de transmissão e distribuição deveriam ser de responsabilidade da Copel. “Houve um aumento muito grande no último ano nas tarifas de energia e o escritório de advocacia que presta serviço para a Abraat está apenas buscando que nos

associados paguem o que é justo”, diz.

Para a aposentada Rejane Teresinha Bonalume, associada da Abraat, é preciso acabar com a bitributação sobre os consumidores, já castigados pelos altos reajustes dos últimos 12 meses. “Tenho um gasto mensal de até R\$ 250 com a conta de luz e pagava R\$ 100 no fim do ano passado”, conta.

Rejane ainda reclama do repasse do peso da crise para pessoas com menor poder aquisitivo. “Tenho fragilidade na minha saúde e usaria esse dinheiro que economizasse na energia no tratamento, porque aposentado não tem nem a reposição da inflação no salário, mas o reajuste da energia é o dobro da inflação”.

MAIS PROCESSOS

Conforme publicado pela FOLHA em julho deste ano, o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) concedeu a suspensão da cobrança de ICMS das Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TSUD) e de Transmissão (TUST) da conta de energia elétrica de uma indústria de laminados de Tunas do Paraná, na região de Curitiba. Outras empresas também buscaram a Justiça com o mesmo propósito desde então.

27 OUT 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Denúncia

Era ontem o prazo para o Ministério Público (MP) apresentar denúncia relativamente à terceira fase da Operação Publicano. Até o fechamento desta coluna, o promotor Jorge Barreto, coordenador do Gaeco, e sua equipe, corriam contra o tempo para protocolar ainda ontem a ação. Apenas hoje Barreto deve comentar o conteúdo da denúncia que envolve fatos sobre crimes de lavagem de dinheiro que teriam sido praticados pelo auditor José Luiz Favoreto, seu irmão Antônio Pereira Júnior e sua cunhada Leila Pereira, além do casal Sarquis e Marilúcia Sâmara e do advogado André Aquino Arruda. À exceção de Marilúcia – foragida – todos estão presos desde 8 de outubro.

HC negado

Favoreto, seu irmão e sua cunhada já tiveram HC negado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). O texto da decisão, cujo relator é o ministro Rogério Cruz, foi publicado ontem. Em 11 páginas, ele nega o pedido da defesa de desconsiderar a súmula 691 do Superior Tribunal Federal (STF), que impede a concessão de liminar em HC cujo mérito não tenha sido julgado pelo tribunal inferior. Destacou também que o juiz de primeira instância, Juliano Nanuncio, titular da 3ª Vara Criminal e dos processos da Publicano, “descreveu minuciosamente o complexo sistema pelo qual os investigados lavavam dinheiro e praticavam outros crimes” e apontou as razões legais e jurídicas pelas quais os investigados deveriam ser presos. Trata-se de uma espécie de resposta de Cruz ao relator anterior – Sebastião Reis Júnior – que considerava que Nanuncio teria se baseado apenas “na gravidade abstrata dos crimes” para decretar a prisão dos “publicanos”.

27 OUT 2015

FOLHA DE LONDRINA

FOLHA Cidadania

Folha de Londrina, terça-feira, 27 de outubro de 2015

Abi vira réu em ação da Publicano

Marcos Zanutto/17.06.2015

A Promotoria de Defesa do Patrimônio Público ajuizou a **primeira ação por improbidade administrativa** relativa à organização criminosa que agia na Receita Estadual de Londrina, desbaratada pela Operação Publicano, deflagrada em março pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). Protocolada no último dia 13, a ação acusa 26 auditores, sete empresas e sete empresários do setor de vestuário, além de dois contadores e um advogado.

O 44º réu é o empresário Luiz Abi Antoun, parente distante do governador Beto Richa (PSDB), apontado pelo Ministério Público (MP) como líder político do esquema de cobrança de propina e sonegação fiscal. O parente de Beto “detinha fundamental papel nesta organização arquitetada, conferindo



● **Processo transcorre sob sigilo de justiça em razão da quebra de sigilo fiscal e bancário**

● **A divisão visa dar agilidade à tramitação dos processos**

estabilidade e segurança para a prática das ilícitudes arquitetadas pelo grupo”, disse o promotor Renato de Lima Castro. Castro explicou que “fatiou” as ações relativas à Publicano; cada setor econômico será alvo de uma **ação específica**.

Entre os auditores, estão os lotados em Londrina – como Márcio de Albuquerque Lima e sua esposa Ana Paula Pelizari Marques de

Lima e os ex-delegados regionais Dalton Lázaro Soares, José Luiz Favoreto Pereira e Marcelo Müller Melle. Segundo o promotor, o juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública, Emil Tomás Gonçalves, já decretou o bloqueio de bens de todos os requeridos até o montante de R\$ 1,4 milhão para cada requerido, valor de vantagem indevida que teria sido negociada no núcleo do vestuário.

FOLHA Política

27 OUT 2015

FOLHA DE LONDRINA

Justiça reintegra quatro vereadores de Jataizinho

Edson Ferreira e Luis
Fernando Wiltemburg
Reportagem Local

Está agendada para hoje, às 15 horas, sessão extraordinária na Câmara de Jataizinho (Região Metropolitana de Londrina) para reintegração dos vereadores Alex Faria (PRB), Clóvis Cordeiro (PTB), Jorge Pereira (PPS) e Maurílio Martielho (PSD), afastados desde o começo do mês de agosto, por decisão administrativa do presidente da Casa, Adilson da Silva (PDT). O grupo reverteu o afastamento na Justiça.

Os quatro parlamentares, que fazem parte do grupo da oposição ao Executivo Municipal, são investigados em Comissão Processante (CP) sobre suposta fraude na eleição da Mesa, que era comandada por eles na gestão anterior. À época, o ex-presidente da Câmara Maurílio Martielho disse à FOLHA que o grupo entraria com mandados de segurança na Justiça contra a denúncia apresentada pelo prefeito de Jataizinho, Elio Duque (PDT). "É um abuso o que está acontecendo", dizia o vereador.

Ontem a reportagem tentou várias vezes falar com a presidência ou com a assessoria da Câmara de Jataizinho, à noite, quando é realizada a sessão, mas ninguém atendeu.

*Parlamentares são
investigados em por
suposta fraude na
eleição da Mesa*

SÃO JERÔNIMO DA SERRA
A Câmara de Vereadores de São Jerônimo da Serra (Região Metropolitana de Londrina) decide hoje se aceita as denúncias feitas contra José Jacir

de Sampaio (PSB), Isac Pereira Martins (PPS) e Amarildo Alves Bueno (PR), afastados do Legislativo após serem presos pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) por participação em um suposto esquema de corrupção comandado pelo ex-prefeito Adir dos Santos Leite (PSDB). O tucano já teve o mandato cassado devido à acusação.

O Legislativo recebeu três representações feitas pelo oficial de Justiça Rodolfo Denora, pedindo a abertura de inquérito e posterior votação de pedido de cassação dos mandatos. O presidente da Câmara, Elisson Marcelo Scerbo (PMDB), disse que os vereadores se reúnem hoje com o departamento jurídico para conhecer o teor dos documentos e obter orientações antes da sessão.

27 OUT 2015

FOLHA DE LONDRINA

Réu na Lava Jato fecha acordo e deixa a cadeia

Suspeito de pagar propina em contratos da Petrobras, João Bernardi Filho vai pagar multa de R\$ 3 milhões

Felipe Bächtold
Folhapress

São Paulo - Réu em um processo da Operação Lava Jato, João Antonio Bernardi Filho, suspeito de pagar propina em contratos da Petrobras, firmou um acordo de delação com o Ministério Público Federal e deixou a cadeia no Paraná ontem. Ele estava preso desde junho, quando foi deflagrada a 14ª fase da operação, e agora responderá a processo em liberdade. O investigado se comprometeu a pagar multa de R\$ 3 milhões e prometeu falar o que sabe sobre propina em obras da Petrobras.

Segundo a assessoria do advogado Marlus Arns, que conduziu o acordo, Bernardi Filho vai devolver US\$ 10 milhões em imóveis e obras de arte.

Bernardi ficou conhecido por ser vítima de um roubo, ocorrido em 2011, de uma mala com dinheiro destinado ao pagamento de propina. De acordo com o Ministério Público Federal, ele estava a caminho da sede da Petrobras, no Rio, para entregar dinheiro ao ex-diretor Renato Duque quando foi as-

saltado. Ele é réu em ação penal em que é acusado de corrupção ativa e lavagem de dinheiro. A denúncia afirma que ele era representante da empresa italiana Saipem no Brasil e pagou R\$ 100 mil ao ex-diretor da estatal Renato Duque para obter um contrato para a instalação de um gasoduto. Também o acusa de pagar parte da propina comprando obras de arte em nome de Duque. Quando foi preso, em março deste ano, a Polícia Federal apreendeu na casa do ex-diretor cerca de 130 obras de arte, que hoje estão sob a guarda de um museu em Curitiba. Bernardi também foi diretor-geral da Odebrecht Perfurações até 2002.

PRISÃO DOMICILIAR

Pelos termos do acordo, a pena máxima a ser fixada é de 12 anos de prisão em regime fechado. Mas, conforme o acordo, ele não precisará mais permanecer em regime fechado, mesmo se for condenado. Nesse caso, ele terá de passar mais oito meses em regime semiaberto diferenciado, em

prisão domiciliar, com possibilidade de sair para trabalhar. O réu fica obrigado a renunciar a seu direito ao silêncio e a revelar autores de crimes ou integrantes de organizações criminosas. Ele não poderá deixar o país e precisará se apresentar à Justiça a cada 30 dias. Com a saída da prisão de Bernardi, caiu para 26 o número de réus ou condenados da Lava Jato presos no Paraná.

27 OUT 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

MENORES EM CONFLITO

Cense precário

A Vara de Adolescentes em Conflito com a Lei de Curitiba, atendeu pedido da Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude, determinou que o Governo do Estado transfira do Centro de Socioeducação (Cense) de Curitiba, os adolescentes com determinação judicial de cumprimento de medidas de internação e semiliberdade. A decisão proibiu também a permanência de mais de um adolescente por alojamento e a entrada na unidade de adolescentes que tenham praticado atos infracionais fora de Curitiba e região.

O Ministério Público alega "omissão do Poder Público em oferecer uma política socioeducativa pública em conformidade com o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente". Segundo o MP-PR, o Estado tem deixando a unidade superlotada, com alimentação precária, falhas no atendimento e número reduzido de educadores sociais. A Justiça deferiu a liminar do MP-PR, estabelecendo multa diária de R\$ 10 mil por adolescente em caso de descumprimento.

DEPUTADO?

Suplente de deputado estadual pelo PSD, o delegado Rubens Recalcatti pode assumir uma vaga na Assembleia Legislativa nos próximos meses. Isso dependeria de uma licença do radialista Luiz Carlos Martins. Recalcatti acaba de sair de uma semana de prisão: esteve preso preventivamente no Gaeco, investigado pela morte de uma pessoa em Rio Branco do Sul. O Gaeco acredita que o delegado, junto com outras oito pessoas, teria participado de uma execução. Ricardo Geffer, que morreu baleado, era suspeito de matar o ex-prefeito de Rio Branco João da Brasca, parente de Recalcatti.

VANTAGENS

Ontem, Luiz Carlos Martins não compareceu à sessão plenária, dando mais força aos boatos. Para que o suplente assumira, ele precisa pedir uma licença de, no mínimo, quatro meses. Ou seja, até o ano que vem. Caso assumira, Recalcatti poderia ter duas vantagens: uma tribuna para se defender e, dependendo do tamanho da licença do titular, foro especial, como todo deputado.

JORNAL DO ÔNIBUS

Notas políticas

Foro privilegiado

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que autoridades processadas por improbidade administrativa não têm direito a foro privilegiado para o julgamento destas ações. Com isso, os casos devem ser analisados na primeira instância. Têm direito ao chamado foro privilegiado deputados, senadores e ministros, por exemplo. A decisão foi da Corte Especial do STJ, que seguiu o voto do ministro relator, Luís Felipe Salomão.

27 OUT 2015

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

Homenagens

Em relação à reportagem “Presidente do TJ de SP bate recorde de 70 títulos de cidadão” (“Poder”, 25/10), a Apamagis (Associação Paulista de Magistrados), por meio de sua diretoria, refuta qualquer ligação com a matéria e esclarece que em nenhum momento foi procurada pelo jornalista e que não se manifestou sobre o tema. Vimos com surpresa o nome da entidade ser citado como origem de comentários que não reproduzem de forma alguma o pensamento da associação. A Apamagis entende que os títulos concedidos pelos municípios paulistas a juizes e desembargadores, especialmente ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Renato Nalini, são manifestações legítimas de reconhecimento à contribuição do Poder Judiciário e de seus representantes.

JAYME MARTINS DE OLIVEIRA,
presidente da Apamagis (São Paulo, SP)

RESPOSTA DO JORNALISTA FREDERICO VASCONCELOS - A reportagem apenas revela que magistrados comentaram na Apamagis que a assessoria da presidência do TJ sugeriu a municípios a promoção de homenagens, o que o tribunal não confirma e foi registrado.

27 OUT 2015

FOLHA DE S. PAULO

96 contraponto

Confessionário

A ministra Carmen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, deixou de lado o protocolo, na semana passada, quando falava sobre a dignidade na morte, em seminário médico-jurídico promovido pelo Instituto Uniceub de Cidadania, em Brasília. Optou por não seguir o discurso que havia preparado por escrito para falar de improviso. Confessou ter “pânico” da morte:

— Às vezes, nem ousa espirrar em público. Sei que não sou vista como uma pessoa, mas como uma vaga em potencial para o STF — disse, em tom de brincadeira.



FOLHA DE S. PAULO

BERNARDO MELLO FRANCO

Lembo ataca o impeachment

BRASILIA - O ex-governador Cláudio Lembo entrou na campanha contra o impeachment. Aos 77 anos, ele escreveu um parecer sobre o tema. Sustenta que o afastamento de presidentes se tornou "uma nova patologia" na política da América Latina.

"Os golpes militares da época da Guerra Fria estão sendo substituídos pelo impeachment. A função do Congresso é fiscalizar os governos, e não derrubá-los. Isso é o mesmo que bater às portas dos quartéis", diz.

Professor de direito da USP e do Mackenzie, Lembo cita o jurista Pontes de Miranda (1892-1979) ao afirmar que o afastamento de um presidente "só se permite, nas democracias, em caso de extrema necessidade".

"Não se deve buscar interromper o mandato eletivo. Isso é um desrespeito à população, seja quem for o eleito. O impeachment é um instrumento violento, que causa instabilidade à economia e ao país", afirma.

O ex-governador contesta a tese de que o impeachment é um instrumento legal, diferente de um golpe. "A lei exige um crime de responsabilidade, o que não vejo. Ninguém diz que a presidente não enriqueceu. Sua honra está preservada", defende.

Lembo também critica a ideia, já sugerida por Fernando Henrique Cardoso, de que Dilma Rousseff deveria renunciar. "Um ex-presidente não devia falar isso. Eu também acho que ele poderia ter renunciado quando comprou a reeleição", provoca.

Conhecido pela ironia, ele desdenha as manifestações que pedem a queda da presidente. "A elite branca está furiosa. Não entendeu que o Brasil mudou, por isso está perdida."

Aplica o mesmo adjetivo aos políticos de PSDB e DEM, seu partido até 2011. "A oposição não aceitou o resultado da eleição e quer derrubar o governo a qualquer custo. Só sabem falar em impeachment. Estão perdidos, em estado de neurose coletiva."

Hoje filiado ao PSD, do ministro Gilberto Kassab, Lembo diz que não tem conversado sobre a crise com os antigos aliados. "Estou velho. Não querem mais saber de mim."

27 OUT 2015

FOLHA DE S. PAULO

Cunha diz que decidirá sobre impeachment em novembro

27 OUT 2015

Ele negocia blindagem
com governo e oposição

Um dos principais suspeitos de participação no esquema de corrupção da Petrobras, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), afirmou nesta segunda (26) que deverá anunciar em novembro se dá ou não sequência ao principal pedido de impeachment contra presidente Dilma Rousseff.

Ele disse ter feito uma “boa leitura” no final de semana do pedido, que é assinado pelos advogados Hélio Bicudo (ex-integrante do PT), Miguel Reale Júnior (ex-ministro da Justiça de Fernando Henrique Cardoso) e Janaína Paschoal.

“Estou cobrando o parecer das assessorias para que eu possa formar o juízo. Obviamente que não concluí a leitura no fim de semana, mas fiz uma boa leitura. Tentarei ser o mais rápido possível [...] Vou ver se consigo fazê-lo no curso do mês de novembro.”

Nos bastidores, Cunha tem usado essa decisão em negociações tanto com governo quanto oposição na tentativa de não perder o cargo e o mandato. Os dois lados tentam influenciar a decisão, cada qual em uma direção.

Ele nega essas articulações e afirma que trabalha para que o PMDB abandone o governo. Diz, inclusive, que sonda a possibilidade de a sigla voltar a fazer em novembro sua convenção, com o objetivo de discutir a permanência na aliança dilmista. (RANIER BRAGON)

27 OUT 2015

FOLHA DE S. PAULO

Ação da PF atinge filho de Lula que recebeu de lobista

Polícia faz buscas em escritório de Luis Claudio,
o caçula do ex-presidente

**Investigadores
suspeitam que empresa
pagou para garantir
renovação de benefícios
para setor automotivo**

GABRIEL MASCARENHAS
RUBENS VALENTE
DE BRASÍLIA

Um escritório onde funcionam três empresas de Luis Cláudio Lula da Silva, filho caçula do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi alvo de buscas da Polícia Federal nesta segunda (26), numa operação que investiga suspeitas de que benefícios concedidos ao setor automotivo foram renovados após pagamento de propina.

Foi a primeira vez que uma operação deflagrada pela Polícia Federal com apoio do Ministério Público Federal teve como alvo um filho do ex-presidente, que neste ano passou a ser investigado por suspeita de tráfico de influência por causa de seu envolvimento com empreiteiras investigadas pela Operação Lava Jato.

O filho de Lula virou alvo da Operação Zelotes, que desde o início do ano apura irregularidades no Carf, conse-

lho vinculado ao Ministério da Fazenda que julga recursos de empresas contra multas aplicadas pela Receita Federal, mas os investigadores abriram outra frente para examinar suspeitas de que medidas provisórias tenham sido negociadas com funcionários do governo e congressistas.

Segundo a força-tarefa da Zelotes, empresas interessadas em benefícios tributários contidos nas medidas provisórias 471, de 2009, e 627, de 2013, depois transformadas em lei, pagaram escritórios de lobby que distribuíram os valores a “colaboradores”.

Os investigadores calculam que pagamentos de R\$ 6,4 milhões foram feitos para garantir a medida editada em 2009 e apontaram o petista Gilberto Carvalho, ex-chefe do gabinete de Lula e ex-ministro da presidente Dilma Rousseff, como envolvido em “conluio” com um lobista.

O filho de Lula entrou na mira dos investigadores porque uma de suas empresas, a LFT Marketing Esportivo, recebeu R\$ 1,5 milhão de um escritório de lobby, a Marcondes e Mautoni, na mesma época em que os lobistas foram remunerados por duas

empresas interessadas na renovação da medida de 2013.

Segundo petição da força-tarefa, é “muito suspeito que uma empresa de marketing esportivo receba valor tão expressivo de uma empresa especializada em manter contatos com a administração pública (Marcondes e Mautoni)”.

A empresa de Luis Cláudio “estranhamente” foi o segundo maior destino dos recursos obtidos pela Marcondes e Mautoni de duas empresas automotivas, a MMC, que fabrica os carros da Mitsubishi, e a Caoa, fabricante de alguns veículos da Hyundai. O maior beneficiário dos recursos foi o próprio dono da Marcondes, Mauro, com R\$ 3 milhões.

De acordo com os procuradores da República, a investigação revelou “com segurança” que Marcondes e a SGR Consultoria “nada produzem de lícito. Limitam-se apenas a intermediar interesses espúrios perante a administração pública”.

CONTINUA

27 OUT 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Na nova fase da investigação, deflagrada nesta segunda (26), foram presas preventivamente seis pessoas, incluindo Marcondes e sua mulher, Cristina, e o lobista de Brasília Alexandre Paes dos Santos. Nas buscas, a polícia coletou documentos e computadores de 18 empresas.

Uma planilha encontrada pela PF na casa de Paes dos Santos cita diversos servidores como parte de um “projeto de prorrogação por mais cinco anos (2015-2020) do Benefício Fiscal para a Cacao”.

O mesmo documento cita Lytha Spindola, ex-secretária executiva da Câmara de Comércio Exterior do MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio). Para a PF, foi essa servidora “o canal de lobby naquele órgão”.

Segundo a investigação, os lobistas também contaram com apoio de Fernando César Mesquita, ex-diretor de comunicação do Senado e ligado ao ex-presidente José Sarney (PMDB-AP). Para a PF, Mesquita “foi corrompido para auxiliar nas demandas dentro do Senado”, tendo recebido “uma propina de R\$ 78 mil”.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

OS NEGÓCIOS DA FAMÍLIA

Ex-presidente e seus filhos são sócios de 15 empresas

CONTINUAÇÃO

A suspeita

O escritório Marcondes e Mautoni, suspeito de ter atuado na compra de uma medida provisória em 2009, pagou R\$ 1,5 mi à LFT, empresa de um filho de Lula. PF suspeita que o pagamento seja uma comissão

Outro lado

A defesa de Luis Cláudio diz que os pagamentos são referentes a serviços de marketing esportivo. Afirma que a suspeita não tem sentido, já que a LFT foi criada em 2011, dois anos após a edição da MP

27 OUT 2015



Luis Cláudio Lula da Silva
filho

Empresas que foram alvo de busca pela PF no dia seguinte (26)

Lurian Cordeiro
Lula da Silva
filha (com Miriam Cordeiro)



Empresa
L.I.L.S. Palestras,
Eventos e Pub.,
com capital de
R\$ 100 mil

Luiz Inácio
Lula da Silva
ex-presidente



Sandro
Luis Lula da Silva
filho

Empresa*	Capital, em R\$
LLCS Participações Ltda.	1.000
LFT Marketing Esp. Ltda.	100 mil
LFT Marketing Esp. Eireli	100 mil
Touchdown Prom. de Eventos Espo. Ltda.	1.000

Empresa*	Capital, em R\$
FlexBR Tecnologia S.A.	20 mil
FlexBR Tecnologia Ltda.	20 mil
Gasbom Cursino Ltda.	2.000
Gisan Com. de Roup. Ltda.	5.000

50% da propriedade, dividida com Marcos Cláudio

55% da propriedade, dividida com a mulher, Marlene (20%), e Sandro Cláudio (25%)



Marisa Letícia
Lula da Silva
ex-primeira-dama



Fábio Luis Lula da Silva
filho

Empresa*	Capital, em R\$
BR4 Participações Ltda.	4 milhões
FFK Participações Ltda.	150 mil
G4 Entret. e Tec. Digital Ltda.	100 mil
Gamecorp S.A.	10 mil
LLCS Participações Ltda. (1%)	1.000
LLF Participações — Eireli	80 mil
LLF Participações Ltda.	1.000

1% da propriedade, dividida com Luis Cláudio



Sócios

*Foram listadas empresas em que membros da família de Lula são sócios e estão ativas. A divisão societária foi explicitada apenas nos casos em que há a participação de outros familiares

Marcos Cláudio
Lula da Silva
filho



Empresa*	Capital, em R\$
FlexBR Tecnologia S.A.	20 mil
FlexBR Tecnologia Ltda. (25%)	20 mil

27 OUT 2015

FOLHA DE S. PAULO

Justiça decide adiar eleição no São Paulo

CARTOLAGEM Atual diretoria ainda deve recorrer para manter
realização do pleito nesta terça (27)

CAMILA MATTOSO
DE SÃO PAULO

Uma liminar concedida pela Justiça nesta segunda (26) determina que o São Paulo adie a eleição, marcada para acontecer nesta terça (27).

O advogado Francisco de Assis Vasconcelos Pereira, conselheiro vitalício do clube do Morumbi, foi quem entrou com a ação.

Depois da renúncia de Carlos Miguel Aidar, o presidente interino Carlos Augusto Barros e Silva, o Leco, marcou o novo pleito para decidir quem vai comandar o Morumbi até abril de 2017, data em que termina o mandato.

Os candidatos são o mandatário em exercício e Newton Luiz Ferreira, o Newton do Chapéu, pela oposição.

A Justiça considerou o argumento do conselheiro e afirmou que o prazo não foi o suficiente para a organização de chapas dispostas a participar da eleição.

Em nota, Leco anunciou que vai recorrer contra a decisão e que “confia plenamente que o Poder Judiciário restabelecerá a segurança institucional do Clube, o que expressa a vontade dos seus associados e torcedores, devolvendo para o julgamento soberano e democrático das urnas a decisão sobre quem deverá comandar a Instituição pelo próximo período”.

O pleito estava marcado para às 19h desta terça.

“Foi realmente muito pouco tempo e foi isso que a Justiça considerou. Eu acredito que a eleição não vai acontecer amanhã [hoje]”, afirmou José Eduardo Mesquita Pimenta, ex-presidente do clube e membro do Conselho Consultivo, à **Folha**.

Se acontecer nesta terça, a eleição se realiza 14 dias após a saída de Aidar, acusado de desvio de dinheiro do clube em negociações de jogadores e outros contratos.

O pleito foi marcado dois dias após a renúncia de Aidar, tempo que Leco considerado “razoável” para a inscrição de outros candidatos ao cargo mais importante da diretoria do São Paulo.

27 OUT 2015

GAZETA DO POVO

Filho de Lula recebeu R\$ 1,5 mi de forma “muito suspeita”, diz procuradoria

Empresa que pertence a Luís Claudio Lula da Silva foi alvo da PF nesta segunda (26)

Documentos que integram a Operação Zelotes apontam que a empresa de um dos filhos do ex-presidente Lula, a LFT Marketing Esportivo, de Luís Claudio Lula da Silva, recebeu R\$ 1,5 milhão da empresa de lobby Marcondes e Mautoni na mesma época que os lobistas foram remunerados por empresas interessadas na renovação dos efeitos de uma medida provisória (MP) pelo governo federal.

Para a Procuradoria da República no Distrito Federal, “é muito suspeito que uma empresa de marketing esportivo receba valor tão expressivo de uma empresa especializada em manter contatos com a administração pública [Marcondes e Mautoni]”.

Entre 2013 e 2014, segundo a investigação, o grupo de lobistas atuou para renovar uma medida provisória de 2009, com prazo de validade de cinco anos, que na época havia gerado o pagamento de “comissões”. A nova empreitada ocorrida entre 2013 e 2014, de acordo com a Zelotes, resultou na edição da Medida Provisória n.º

627, de 2013, que foi convertida na Lei n.º 12.973, de 2014. A investigação não aponta de que forma Luís Cláudio supostamente teria agido para a renovação da medida provisória.

Na petição entregue à 10.ª Vara da Justiça Federal, a Procuradoria concluiu que a firma de Luís Cláudio “estranhamente” foi o segundo maior destino dos recursos obtidos pela Marcondes e Mautoni em 2014 das empresas automotivas MMC e Caoa, as mesmas que são alvo de investigação relativa à MP de 2009. As empresas, segundo a PF, pagaram R\$ 8 milhões cada uma à Marcondes e Mautoni no ano de 2014. O terceiro maior cliente da Marcondes foi uma agência de turismo, com apenas R\$ 18 mil.

Ao analisar os registros de saída do dinheiro da Marcondes, a Zelotes concluiu que em primeiro lugar apareceu o próprio dono da firma, Mauro Marcondes, com R\$ 3 milhões, e em seguida a firma do filho do ex-presidente. Abaixo da LFT surgiu a mulher de Mauro, Cristina, com R\$ 1 milhão. Em quarto lugar veio a SGR Consultoria, com apenas R\$ 200 mil, também contratada em 2009 para a edição da medida provisória anterior.

“Dentro desse contexto”, diz a Procuradoria, “justifica-se

a execução de busca e apreensão na sede da empresa” LFT, cumprida na segunda-feira (26) em São Paulo.

A busca e apreensão foi deferida pela juíza federal substituída da 10.ª Vara, Célia Regina Ody Bernardes. Após o deferimento, porém, a Procuradoria apurou que “outras duas empresas, que têm vínculos societários entre si, têm a mesma sede”, a Touchdown Promoção de Eventos Esportivos Ltda e a Silva e Cassaro Corretora de Seguros Ltda, e por isso ofereceu um aditamento para que as buscas fossem estendidas às outras duas empresas, o que também foi deferido pela juíza.

Segundo a investigação, a Touchdown tem como única sócia a própria LFT. O administrador da Touchdown é Luís Claudio, o sócio administrador da LFT. A outra sócia da LFT, Fátima Regina Cassaro da Silva é também dona, com 50% das cotas, da Silva e Cassaro Corretora de Seguros Ltda. Luís Claudio foi sócio da corretora entre 2014 e 2015.

Em nota, o advogado do filho de Lula, Cristiano Zanin Martins, afirmou que a ação da PF foi “despropositada”, pois a empresa Touchdown “não tem qualquer relação com o objeto da investigação” da Zelotes.

CONTINUA

27 OUT 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

ENTENDA

A Zelotes investiga um esquema de pagamento de propina a integrantes do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), vinculado à Fazenda. Seis pessoas foram presas.

BASTIDORES

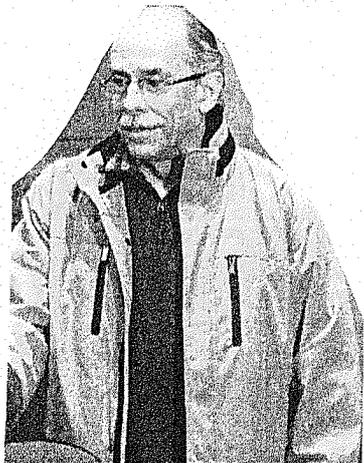
Em conversas, Lula responsabiliza Dilma por operação

Dizendo-se indignado, o ex-presidente Lula responsabilizou, na segunda-feira (26), a presidente Dilma Rousseff pela operação de busca e apreensão na empresa que pertence a seu filho. Nas conversas com aliados, Lula apresentou duas hipóteses para a ação da PF. Para Lula, essa é uma demonstração de desgoverno da presidente ou uma prova de que Dilma orientou seu ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a unicamente protegê-la, ainda que seu padrinho político tenha que pagar o preço disso. Nos dois casos, afirmou, a responsabilidade é dela. Segundo aliados de Lula, o ex-presidente se diz cada vez mais convencido de que Dilma permite investigações contra ele para se preservar. Ainda segundo aliados, Lula está tão irritado que acusa Dilma de destruir seu legado para construir a imagem da presidente que combateu a corrupção. Ao criticar Cardozo, Lula disse que não quer "ganhar no tapetão", mas que é papel do ministro da Justiça zelar pela Constituição. Nas conversas, Lula repetiu que ele "passou dos limites".

27 OUT 2015

GAZETA DO POVO

» DELAÇÃO PREMIADA



Bernardi Filho se comprometeu a devolver mais de US\$10 milhões.

Réu na Lava Jato firma acordo e deixa a cadeia

■ Réu em um processo da Operação Lava Jato, João Antonio Bernardi Filho, suspeito de pagar propina em contratos da Petrobras, firmou um acordo de delação com o Ministério Público Federal e deixou a cadeia no Paraná na segunda-feira (26). Ele estava preso desde junho, quando foi deflagrada a 14.ª fase da operação, e agora responderá a processo em liberdade.

O investigado se comprometeu a devolver mais de US\$ 10 milhões e prometeu falar o que sabe sobre propina em obras da Petrobras.

Bernardi ficou conhecido por ser vítima de um roubo, ocorrido em 2011, de uma mala com dinheiro destinado ao pagamento de propina. De acordo com o Ministério Público Federal, ele estava a caminho da sede da Petrobras, no Rio de Janeiro, para entregar dinheiro ao ex-diretor Renato Duque quando foi assaltado.

Bernardi é réu em ação penal em que é acusado de corrupção ativa e lavagem de dinheiro. A denúncia afirma que ele era representante da empresa italiana Saipem no Brasil e que pagou R\$ 100 mil ao ex-diretor Duque para obter um contrato para a instalação de um gasoduto. Bernardi também é acusado de pagar parte da propina comprando obras de arte em nome de Duque.

Com a saída da prisão de Bernardi, caiu para 26 o número de réus ou condenados da Lava Jato presos no Paraná.

ERRATA

Diferentemente do que informou a matéria "Propina da Lava Jato circulou por 30 países", publicada na edição de segunda-feira (26) da **Gazeta do Povo**, a doleira Nelma Kodama, uma das primeiras condenadas do caso, foi presa enquanto tentava carregar 200 mil euros em um voo para Milão, na Itália, e não 200 euros.

27 OUT 2015

GAZETA DO POVO

EDUARDO FARIA SILVA

Crises, líderes
e rejeições

OPINIÃO

EDUARDO FARIA SILVA, doutor em Direito pela UFPR e professor de Direito Constitucional da Universidade Positivo

As crises política e econômica que atingem o país em 2015 apresentam seus reflexos a cada pesquisa de opinião realizada com a população. Os líderes dos principais partidos e que aparecem como potenciais candidatos para eleições majoritárias de 2018 veem seu capital político diminuir de forma acelerada. A rejeição atinge a todos sem distinção (Lula, Aécio, Serra, Alckmin, Marina e Ciro Gomes).

A última pesquisa do Ibope confirma a tendência e apresenta cenários que merecem atenção das agremiações no momento da organização das respectivas estratégias políticas. No levantamento, 55% dos eleitores afirmaram que não votariam em Lula de jeito nenhum. Contudo, a rejeição dos principais candidatos de oposição varia de 47% a 54%, ou seja, números que estão dentro ou próximos à margem de erro, quando comparados com o percentual do ex-presidente.

Outro indicador que merece atenção na análise é a certeza e a possibilidade de voto nos possíveis candidatos. Na soma das variáveis, a diferença entre os três primeiros é mínima. Aécio tem 42%, Lula

41% e Marina 39%. Os percentuais demonstram novamente que nenhum candidato, até o momento, capitalizou, de forma significativa, votos com as crises. Ao contrário, pode-se sugerir que a ausência de novas lideranças políticas aproxima as alternativas para os eleitores nas opções de voto e rejeição.

Os números da pesquisa do Ibope demonstram que o cenário eleitoral para presidente de 2018 está totalmente em aberto. As informações sugerem que o sonho da oposição de governar está diretamente ligado a incapacidade de o governo dar respostas concretas às demandas sociais até a próxima eleição. Se as crises política e econômica forem equacionadas, abre-se espaço real para um terceiro mandato do ex-presidente Lula.

27 OUT 2015

GAZETA DO POVO

Termina o prazo para o MP oferecer denúncia da 3.ª fase da Publicano

■ Terminou na segunda-feira (26) o prazo para o Ministério Público (MP) do Paraná oferecer denúncia acerca dos fatos investigados na terceira fase da Operação Publicano, deflagrada no último dia 8. Até o início da noite de segunda, os investigadores de Londrina ainda faziam a revisão da peça, cujo foco é o crime de lavagem de dinheiro supostamente praticado pelo auditor fiscal José Luiz Favoreto, ex-delegado regional da Receita Estadual em Londrina. Favoreto e outras 17 pessoas ligadas a ele seriam denunciadas. Favoreto já é réu de duas ações penais da Publicano, junto com outros cerca de 60 auditores fiscais. Eles são acusados de integrarem um esquema envolvendo pagamento de propina e sonegação fiscal na Receita Estadual.

DECISÃO

Foro privilegiado não se estende às ações de improbidade, diz STJ

■ O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que autoridades processadas por improbidade administrativa não têm direito a foro privilegiado para o julgamento destas ações. Com isso, os casos devem ser analisados na primeira instância. A questão foi analisada dentro de um caso de dois ex-deputados do Mato Grosso. Mas ainda há chances de o entendimento mudar, já que a questão também está em análise no Supremo Tribunal Federal (STF) em um recurso do atual ministro da Secretaria de Aviação, Eliseu Padilha, sobre um caso ocorrido quando ele era ministro dos Transportes no governo FHC.

26 OUT 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA

Presidentes de TJs defendem a criação do Conselho da Justiça Estadual

Presidentes dos Tribunais de Justiça, que participam do 105º Encontro do Conselho dos TJs, no Rio de Janeiro, defenderam a criação de um Conselho da Justiça Estadual. A ideia é que a instituição, a exemplo dos Conselhos da Justiça Federal e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, atue não só sobre questões relacionadas à administração no Judiciário dos estados como também ajude a zelar pela autonomia administrativa e financeira dessas cortes.

Ao defender a proposta, nesta quinta-feira (22/10), o presidente do Conselho dos Tribunais de Justiça, desembargador Milton Nobre, explicou que a nova representação contribuiria para reduzir a quantidade de processos que tramitam hoje no Conselho Nacional de Justiça e que estão relacionados à administração judiciária estadual.

Os presidentes dos TJs querem enviar uma proposta de emenda constitucional ao Congresso que institua o Conselho da Justiça Estadual.

26 OUT 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

"ATO DESELEGANTE"

Juízes federais não devem ir para Justiça Eleitoral

Para o presidente da Associação Nacional dos Magistrados Estaduais (Anamages), Magid Nauef Láuar, a tentativa da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) em fazer com que a Justiça Eleitoral também se torne competência de julgadores da esfera federal é uma "deselegância". "A Anamages contestou veementemente o pedido da Ajufe, mas foi, e é, extremamente desconfortável fazê-lo! Diga-se de passagem."

Na peça, a Ajufe argumenta que não há diferença entre juízes estaduais e federais. Segundo Láuar, o argumento "chega a ser inacreditável". Ele também critica o suposto fato de os juízes federais buscarem atuar na esfera eleitoral pelo "único e exclusivo objetivo" de receberem o pro labore ao qual o juiz que exerce função na Justiça Eleitoral tem direito.

"A Anamages solicitou que todos os pedidos formulados pela Ajufe sejam indeferidos, mantendo-se incólume a Resolução 21.009/2002, no sentido da manutenção da competência da Justiça Eleitoral a cargo dos magistrados estaduais, conforme determina a Constituição da República, o Código Eleitoral e a Lei Orgânica da Magistratura Nacional", argumenta Láuar.

26 OUT 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Supremo reconhece desnecessidade de registro em cartório de alienação fiduciária de veículo

O Plenário do STF reconheceu não ser obrigatória a realização de registro público dos contratos de alienação fiduciária em garantia de veículos automotores pelas serventias extrajudiciais de registro de títulos e documentos. A decisão unânime ocorreu durante a sessão em que os ministros analisaram as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 4227, 4333 e o Recurso Extraordinário (RE) 611639, com repercussão geral reconhecida.

Para o relator da matéria, ministro Marco Aurélio, no caso, o simples pacto entre as partes “é perfeitamente existente, válido e eficaz” sem que seja necessário qualquer registro, “o qual constitui mera exigência de eficácia do título contra terceiros”. Segundo ele, embora o exercício em caráter privado da atividade notarial e de registro esteja previsto no artigo 236, da Constituição Federal, “não há conceito constitucional fixo e estático de registro público”. “Ao inverso, compete à lei ordinária a regulação das atividades registradas”, afirmou.

Em princípio, conforme o ministro Marco Aurélio, o legislador pode definir os atos jurídicos sujeitos a registro nas serventias extrajudiciais, em especial quando, após analisar o custo benefício,

verifica-se que a transcrição do título não apresenta “segurança adicional suficiente ao ato para compensar a burocracia e os ônus impostos às partes sujeitas ao cumprimento da obrigação”. De acordo com ele, é evidente a necessidade de conferir publicidade ao contrato de alienação fiduciária em garantia de automóveis para que o ato tenha eficácia contra terceiros.

26 OUT 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Decisão obriga Banco do Brasil e Caixa a atenderem advogados

Atendendo pedido da seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil, a 21ª Vara do Trabalho da 2ª Região decidiu que as agências e postos do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal da cidade de São Paulo deverão abrir, das 14h às 16h, para garantir o acesso de advogados e jurisdicionados, permitindo assim o cumprimento dos alvarás, guias de pagamento ou liberação de crédito de qualquer natureza, oriundos da Justiça do Trabalho, da Justiça Federal e da Justiça estadual. O horário corresponde a 30% do expediente bancário normal e deve ser cumprido a partir da próxima segunda-feira (26/10).

Na ação civil pública, a OAB-SP recomendou à Justiça do Trabalho estabelecer permanên-

cia mínima de 30% dos funcionários das agências, como meio de proporcionar o atendimento condizente aos advogados e partes. A seccional também pediu o estabelecimento de multa diária no valor de R\$ 50 mil para o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo, em caso de descumprimento da decisão, o que foi acatado pelo juízo.

O pedido da OAB-SP era extensivo a todo o estado de São Paulo, mas, como não foi contemplado na decisão do juiz Antonio José de Lima Fatia, a seccional prepara ação que estende a determinação a todas as cidades paulistas.

A petição enfatizava que a greve "interrompeu por prazo indeterminado o cumprimento

dos mandados judiciais de pagamento e liberação dos valores depositados em contas judiciais", ressaltando a "inquestionável natureza alimentar".

Esse passo soma-se ao pedido da entidade de classe para que o Tribunal de Justiça de São Paulo e o Tribunal Regional Federal da 3ª Região suspendam os prazos para interposição de recursos, recolhimento de custas e emolumentos, pagamento de acordos e oposição de embargos à execução. A OAB-SP também pede o mesmo em reação a recolhimento do preparo recursal e das custas iniciais, mas com a manutenção dos prazos para a prática dos atos processuais em si, prevendo o recolhimento para o terceiro dia útil subsequente ao término da greve.

26 OUT 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STF não admite ação movida por Aécio contra Jandira Feghali

A interpelação judicial não pode ser usada em situações que não necessitem de esclarecimento sobre dubiedade, equivocidade ou ambiguidade, conforme prevê o artigo 144 do Código Penal. Assim entendeu o ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, ao não admitir a Ação Cautelar 3.883. O processo havia sido movido por Aécio Neves (PSDB-MG) para pedir explicações à deputada federal Jandira Feghali (PC do B-RJ) sobre um texto publicado por ela em redes sociais, no dia 19 de maio deste ano. "A leitura das afirmações atribuídas à interpelanda [deputada] não permite qualquer dúvida em torno do real destinatário da manifestação alegadamente ofensiva", afirmou.

O texto divulgado ligava o senador a um helicóptero que foi apreendido com drogas em Minas Gerais há cerca de dois anos. Segundo o tucano, a frase comporta interpretações diversas, podendo, conforme a convicção de cada pessoa, especialmente da própria deputada, significar a prática de crimes contra a honra do senador. Em sua decisão, Celso de Mello também destacou a inviabilidade do pedido devido à imunidade parlamentar material, já que se trata de manifestação de membro do Congresso Nacional proferida em meios de comunicação social (Twitter).

MINISTRO DO STF DECRETA SEGREDO DE JUSTIÇA NO CASO CUNHA

O ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal (STF), decretou na sexta-feira segredo de Justiça no aditamento da denúncia apresentada contra o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

A decisão do ministro foi motivada pelo encaminhamento, anteriormente, de novas acusações ao Supremo pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

PGR DENÚNCIA DEPUTADO NELSON MEURER NA LAVA JATO

A Procuradoria-Geral da República denunciou sexta-feira o deputado federal Nelson Meurer (PP-PR) ao STF. Meurer foi citado em depoimentos do ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa, um dos delatores da Lava Jato, como suposto beneficiário de valores distribuídos a deputados do PP. Os detalhes da denúncia não foram divulgados, porque os documentos seguiram sob segredo de Justiça ao STF.

Paraná Portal 22 OUT 2015

RUY BARROZORUY BARROZO



Publicado 22 de outubro de 2015 às 09h50

Data Vênia

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro realiza de hoje a sábado o 105º Colégio de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil.

O presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos está no Rio de Janeiro, participando do Colégio.



20 OUT 2015

Paraná Portal

RUY BARROZORUY BARROZO



Publicado 20 de outubro de 2015 às 12h42

Save the date

Outubro

Dia 21 a 24 – O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro realiza nesse período o 105º Colégio de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil.